

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL

SELMA RODRIGUES

**Curso de Mestrado em
Ambiente, Território e Desenvolvimento Sustentável**

OUTUBRO, 2011



RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL

SELMA RODRIGUES

**Curso de Mestrado em
Ambiente, Território e Desenvolvimento Sustentável**

**Relatório de actividade profissional orientado pelo
Prof. Doutor João Vilhena**

OUTUBRO, 2011



RESUMO

A importância de uma sensibilização e educação que promova a mudança de atitudes dos seres humanos para com o meio ambiente, surgiu quando as comunidades internacionais e nacionais tomaram consciência de que a maioria dos factores que contribuem para a degradação ambiental tem origem em actividades humanas.

A partir desta consciencialização, a Educação Ambiental (EA) começa a ser promovida como uma ferramenta eficaz para facilitar o processo de sensibilização ambiental e um incentivo para se adoptarem estilos de vida mais sustentáveis, minimizando os impactes ambientais (ABBAS, 2003).

Deste modo, e apesar das suas fragilidades e limitações, a EA tem vindo a ser incluída nos sistemas de educação das várias nações, a nível formal, não formal, de uma forma passiva e activa.

No decorrer da licenciatura em Gestão do Ambiente (1997-2001), a mestranda iniciou as suas tarefas na área da Educação Ambiental, como monitora de actividades em projectos de sensibilização no Município de Oeiras.

Desde a data da sua contratação no MO como técnica superior (2003) e até ao presente, é responsável por projectos de sensibilização ambiental, nomeadamente no planeamento, dinamização, execução e avaliação dos mesmos. São disto exemplo os projectos Jovens em Movimento (promovido pelo MO desde 1992), Bairro Limpo (promovido desde 2005) e Eco-Conselheiros (promovido desde 2001).

Paralelamente, a mestranda é também responsável pela preparação das actividades do Programa de Educação Ambiental Escolar, nomeadamente, na definição de conteúdos, preparação de fichas de trabalho e das acções de sensibilização em sala de aula e visitas de estudo, preparação dos conteúdos técnicos de materiais de apoio às actividades e avaliação das mesmas.

Deste modo são diversas as publicações do MO das quais foi autora e responsável pela elaboração de conteúdos, nomeadamente, “Manual do Monitor – PJM”; “Folheto Praias”; “Guia de compostagem doméstica”; “Guia de reciclagem manual de papel”;

“Sr. Legume” e “Vamos cuidar do lixo”. Para além destas publicações, colaborou em inúmeros artigos para publicação de divulgação nos meios de comunicação social, como imprensa local e meios de divulgação do município – site e revista “30 dias”.

Refere-se ainda a responsabilidade de coordenar algumas acções e eventos de educação ambiental como o *Clean Up the World*, Dia Mundial de Limpeza das Praias, Dia Mundial da Floresta, e Dia Mundial do Ambiente.

A realização do curso de formação de formadores, permitiu-lhe realizar centenas de acções de sensibilização dirigidas a diversos grupos populacionais, desde as escolas, a centros de dia, funcionários do município e técnicos de empresas.

A vasta experiência em projectos desta natureza já lhe permitiu representar o MO em diversos encontros de carácter ambiental, através da apresentação destes projectos mais relevantes.

Como funcionária do MO e responsável por estas acções e projectos, a principal lacuna sentida nos mesmos, prende-se com todo o processo de avaliação, normalmente efectuado anualmente, e de forma quantitativa.

Deste modo, considerou-se pertinente efectuar neste trabalho um enquadramento da EA a nível nacional e internacional, definindo-a, explicando os seus tipos, formas e fragilidades, para posteriormente desenvolver as questões da avaliação.

Definir o processo de avaliação, para que serve, a sua importância, os seus vários tipos, fragilidades mas principalmente como avaliar projectos de EA é o grande objectivo deste trabalho. Pretende-se encontrar um modelo de avaliação que seja adequado a este tipo de projectos, que permita a melhoria contínua dos mesmos.

Após esta pesquisa e enquadramento teórico pretende-se aplicar o modelo de avaliação definido, ao projecto Jovens em Movimento (PJM), por ser aquele é promovido pelo MO há mais anos, por ser o que tem mais dados disponíveis e também por ser aquele que a mestrandia coordena há mais tempo, conhecendo melhor todas as suas vertentes. Para o efeito serão apresentados os principais resultados quantitativos do PJM nos últimos dez anos, assim como uma análise de sustentabilidade já realizada pelo MO.

Finalmente pretende-se definir um conjunto de indicadores de avaliação que respondam aos objectivos concretos do projecto aplicando-lhe o modelo de avaliação previamente seleccionado.

SUMMARY

The importance of raising awareness and education, in order to promote changes in human behavior regarding the environment, arose when international and national communities realized that most of the factors that contribute to environmental degradation result from human activities.

From this awareness, environmental education (EE) begun to be promoted as an effective tool to facilitate the process of environmental awareness and as an incentive to adopt more sustainable lifestyles, thus minimizing environmental impacts (Abbas, 2003).

Therefore, and despite its weaknesses and limitations, EE has been included in the education systems of different nations, using a formal or non-formal, passive or active educational approach.

During my degree in Environmental Management (1997-2001), I began working in the area of Environmental Education, as a monitor of activities in awareness projects in Oeiras City Council.

Since my appointment as a senior technique in the Oeiras City Council (2003) I have been responsible for environmental awareness projects, including their planning, promotion, implementation and evaluation. Examples of those projects include Youth in Motion (sponsored by Oeiras City Council since 1992), Clean Neighborhood (sponsored since 2005) and Eco-Counselors (promoted since 2001).

In parallel, the master's student is also responsible for preparing the activities of the School Environmental Education Program, including the definition of contents, preparation of worksheets and activities to raise awareness in the classroom and study visits, preparation of the technical content of materials that support the activities and evaluation of those activities.

As a consequence, I authored and coordinated the contents of several publications of the Oeiras City Council, e.g. "Manual Monitor - PJM," "Beach Leaflet" "Guide to Home Composting," "Manual Paper Recycling Guide"; "Mr. Vegetable", and "Let's Take Care of Waste. "In addition to these publications, I collaborated on numerous disseminations articles for publication in the media such as the local press and the city council newsletter and website.

I was also responsible for the coordination of some activities and environmental education events such as "Clean Up the World", "World Day of Clean Beaches", "World Forestry Day", and "World Environment Day".

The completion of the training course for trainers, allowed me to carry out hundreds of awareness actions directed towards various population groups, from schools, day centers, city council officials and technical staff of companies.

The vast experience in projects of this nature has allowed me to represent the Oeiras City Council in various environmental meetings, in which I presented the most relevant projects.

As an employee of Oeiras City Council where I was responsible for these actions and projects, the main shortcoming I felt concerning those environmental education activities is associated with the whole process of evaluation, usually performed annually, and quantitatively.

Thus, I have decided that would be relevant to use this opportunity to understand the national and international background of EE and to define it, explain the several types and approaches of EE, and identify its weaknesses, so as to further explore the evaluation issue.

Therefore, the main objective of the present study is to define the evaluation process, its importance, and the various approaches used in the evaluation process and their weaknesses, and chiefly to investigate how EE projects can be evaluated. The aim is to find an evaluation model which is suitable for this type of projects, and that will allow for a continuous improvement of EE projects.

Following this theoretical research, the present study proposes to apply the defined evaluation model defined to the project Youth Movement (PJM), as this project has been implemented by the Oeiras City Council for longer, it is the project for which there are more data available, and because it is the project that I have been coordinating for a longer period, and thus I am more familiar with all its aspects. To this end we will present the main quantitative results of PJM in the last ten years, as well as a sustainability analysis that has been performed by Oeiras City Council. Finally we intend to define a set of evaluation indicators that meet the specific objectives of the project by applying the evaluation model previously selected.

PALAVRAS CHAVE

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; mudança ambiental local; educação ambiental; monitorização e avaliação.

Keywords: *Sustainable development, local environmental change, environmental education, monitoring and evaluation.*

ÍNDICE

Resumo	3
Summary	5
Palavras chave.....	7
Lista de abreviaturas	9
1. Educação Ambiental – Princípios, marcos históricos, tipologias, fragilidades, processos de avaliação e estudo de caso	10
1.1. Enquadramento	10
1.2. Educação Ambiental – princípios básicos e marcos históricos	12
1.3. Educação Ambiental ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável	14
1.4. Tipos de Educação Ambiental	15
1.5. Fragilidades da Educação Ambiental	17
1.6. O processo de avaliação.....	18
1.7. Projecto Jovens em Movimento.....	24
1.7.1. Análise Quantitativa	25
1.7.2. Aplicação de um modelo de avaliação	27
1.8. Considerações Finais	28
2. Descrição detalhada do Currículo Vitae	30
3. Referências bibliográficas	42
4. Anexos	52

LISTA DE ABREVIATURAS

AL21 – Agenda Local 21

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território

IA – Instituto do Ambiente

INAMB – Instituto Nacional de Ambiente

IPAMB – Instituto para a Promoção Ambiental

MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

MCOTA – Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

ME – Ministério da Educação

MO – Município de Oeiras

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

ONG – Organização Não Governamental

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PJM – Projecto Jovens em Movimento

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PRINCÍPIOS, MARCOS HISTÓRICOS, TIPOLOGIAS, FRAGILIDADES, PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DE CASO

1.1. ENQUADRAMENTO

A necessidade de uma nova mentalidade e postura ética perante a natureza surge como uma prioridade, nos anos 60, com a tomada de consciência de que a acção humana provocou uma série de consequências ambientais e na tentativa urgente de sensibilizar e responsabilizar cada cidadão (TEIXEIRA, 2003).

É a partir desta consciencialização que a educação ambiental (EA) começa a ser promovida como uma ferramenta eficaz para facilitar o processo de sensibilização ambiental e como um incentivo para a adopção de estilos de vida sustentáveis (ABBAS, 2003).

A nível internacional foram realizados diversos encontros, sendo os principais promovidos pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em Estocolmo (1972), Belgrado (1975) e Tbilisi (1977), com o objectivo de alertar a população mundial para a adopção de atitudes educativas, de preservação e melhoria do ambiente (CARAPETO, 1998).

PINTO (2004) demonstra que, a nível nacional, a EA tem-se deparado com algumas dificuldades, fruto de um contexto histórico relativamente recente, mas que têm sido ultrapassadas de forma positiva, caminhando-se actualmente para uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

No entanto, e apesar das suas fragilidades, a EA tem sido promovida a nível nacional e internacional ao nível formal, não formal, de forma passiva e activa. Com esta nova mentalidade pretende-se, fundamentalmente, alcançar o desenvolvimento sustentável, o que implica reconciliar as pressões conflituosas entre o desenvolvimento económico, a protecção ambiental e o bem-estar social. O seu verdadeiro objectivo é, e deverá ser sempre, a melhoria contínua da vida humana (CARAPETO, 1998).

Num mundo cada vez mais complexo, o desenvolvimento sustentável de unidades territoriais como o país, a região, o município, a cidade, a vila ou aldeia, o bairro ou a

rua, irá depender da sustentabilidade das unidades menores, em termos de escala humana e geográfica, isto é, do dinamismo e da capacidade de interagir das populações nos municípios, bairros e ruas (QUARESMA, 2009). Efectivamente, o modo como as comunidades usufruem do território com as suas actividades culturais, económicas ou ambientais é uma condição que contribui para aumentar ou reduzir as suas potencialidades e disponibilidade dos seus recursos ao longo do tempo (FADIGAS, 2007).

O município de Oeiras esteve presente em Aalborg e assinou a Carta Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, tendo desde então caminhado no sentido de concretizar as intenções definidas nas Conferências do Rio 92 e Aalborg 94, em prol do desenvolvimento sustentável do concelho (CMO, 2008).

Ainda de acordo com o mesmo autor, foram essas as intenções que fundamentaram a AL21 de Oeiras, desenvolvida enquanto Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, iniciada em 1996, sendo que os seus objectivos estratégicos e propostas de acção constituem um quadro de referência para a tomada de decisões pela autarquia.

Este plano foi revisto e concretizado através de 10 projectos motores, arquitectados em torno de temas e de espaços territoriais, considerados de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do município. Um dos projectos motores definidos nesta Agenda é “Melhor governância, mais cidadania”, que, integrado e guiado pelo conceito da sustentabilidade, tem como principais objectivos responder aos problemas complexos e multidisciplinares do desenvolvimento sustentável, fomentando o envolvimento activo dos cidadãos nas suas comunidades locais e nas actividades da autarquia (CMO, 2008a).

Ainda segundo a mesma fonte, e para a concretização deste projecto motor, existem diversas acções em curso ou previstas pelo município de Oeiras, nomeadamente os projectos Jovens em Movimento, Bairro Limpo, Eco-Conselheiros, Programa de Educação Ambiental Escolar, e ainda campanhas de promoção ambiental, entre outros.

Promovido pelo município de Oeiras desde 1992, o Projecto Jovens em Movimento é actualmente o que mais população adolescente envolve por ano.

Apesar de a avaliação e monitorização de projectos ser um aspecto fundamental do planeamento, na prática, só é efectuada normalmente uma avaliação meramente quantitativa e após a conclusão dos mesmos. Contudo, a avaliação deverá ser um processo contínuo e ocorrer em todas as fases do desenvolvimento das actividades, pois está associada a todo o processo educativo. Não deverá ser encarada como uma actividade final, nem de diagnóstico, mas sim como um processo articulado e contínuo.

Segundo NSW (2004) é essencial que o planeamento da avaliação do programa decorra ao mesmo tempo que o planeamento do próprio programa. Tentar avaliar após o decurso do programa não será eficaz, pois não se consegue obter a informação necessária para a avaliação.

Ainda de acordo com esta fonte, e no que diz respeito à avaliação, o passo fundamental no processo de planeamento do projecto é a definição de objectivos, e é a avaliação que irá determinar em que medida os objectivos foram ou não cumpridos.

Deste modo, começaremos por definir a importância, os tipos e as fragilidades dos processos de avaliação em EA, para a seguir apresentar um resumo dos principais resultados do projeto “Jovens em Movimento”, nos últimos dez anos, pretendendo-se ainda aplicar-lhe um modelo de avaliação, que possa ser facilmente adaptado e executado a qualquer projecto ou actividade de EA.

1.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PRINCÍPIOS BÁSICOS E MARCOS HISTÓRICOS

A primeira abordagem à EA surge na década de 70, altura em que decorreram vários encontros a nível internacional com o objectivo de sensibilizar a população para a adopção de medidas pedagógicas de preservação, conservação e melhoria contínua do ambiente. As principais conferências em matéria de EA foram promovidas pela UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), primeiramente em Estocolmo (1972), depois em Belgrado (1975) e em Tbilisi (1977) (CARAPETO, 1998). Mais tarde decorreram as conferências de Moscovo (1987), do Rio (1992), de Thessaloniki (1997) e mais recentemente Joanesburgo (2002) com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do conceito de Educação Ambiental rumo à sustentabilidade.

Segundo a definição mais antiga de EA e que foi adoptada até à Conferência de Tbilisi como a mais adequada “*A Educação Ambiental constitui um processo de reconhecimento dos valores e de clarificação dos conceitos graças aos quais a pessoa humana adquire as capacidades e os comportamentos que lhe permitem abarcar e apreciar as relações de interdependência entre o homem, a sua cultura e o seu meio biofísico*” (CNA, 1972).

Numa definição mais recente, a EA, enquanto processo participativo, é identificada como o instrumento de revisão dos conceitos sobre o mundo e a vida em sociedade, conduzindo o ser humano e a colectividade na construção de novos valores sociais, na aquisição de conhecimentos, atitudes, competências e habilidades para a conquista e a manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (GIORDAN & SOUCHON, 1997).

A nível nacional, a EA começou a ter visibilidade institucional igualmente a partir dos anos 70, através dos esforços desenvolvidos pela Comissão Nacional do Ambiente e, não lhe sendo alheio o contexto internacional, desenvolve-se particularmente durante os anos 90, onde são visíveis um conjunto de actividades cívicas e educativas, assim como determinações políticas a elas associadas. Nos anos oitenta, existe um vazio ao nível das políticas de ambiente e, conseqüentemente, no âmbito das acções de EA destacando-se como acontecimento relevante a entrada de Portugal na União Europeia que viria a impulsionar o surgimento de dois diplomas fundamentais em 1987: a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (PINTO, 2004).

Segundo o mesmo autor, na sequência do desaparecimento dos dois principais organismos públicos que apoiavam projectos de EA – o Instituto de Promoção Ambiental e o Instituto de Inovação Educacional - continua-se na expectativa de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental, já por diversas vezes anunciada em documentos como a Lei Orgânica do Instituto do Ambiente e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. No anexo I poderá ser consultada uma cronologia da evolução do conceito de EA a nível internacional e nacional, com informação mais detalhada sobre cada conferência e princípios daí resultantes.

1.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL OU EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de EA denota desde os anos 60 uma clara evolução, partindo do estudo dos sistemas físicos que suportam fauna e flora, até à realização de actividades práticas como forma de consciencialização, do desenvolvimento de capacidades para resolver problemas socio-ambientais, para a formalização de parcerias como método de resolução de problemas socio-ecológicos. (TEIXEIRA, 2003).

Segundo o mesmo autor, evoluiu-se dos singulares “Estudos da Natureza” (anos 60), para a “Educação para a Conservação” (anos 70), da “Educação para o Desenvolvimento” (anos 80) para a “Educação para um Futuro Sustentável” (anos 90), emergindo a determinação da necessidade de uma “Comunidade de Parceiros” neste início de século.

FREITAS (2006) refere que o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) tomou uma forma mais concreta no capítulo 36 da Agenda 21, aprovada na Cimeira da Terra (1992) sob a designação “educação para o ambiente e o desenvolvimento”, tendo este conceito sido aplicado desde esta altura em diversas reuniões e conferências internacionais, sendo, na generalidade dos documentos citados, a EA “contextualizada ora como componente fundamental, ora como fonte de inspiração referencial da EDS”.

Segundo SATO (2006), e de acordo com o quadro 1, o conceito de EA teve uma primeira evolução após a Conferência do Rio (1992), com a Agenda 21 e as bases do desenvolvimento sustentável, surgindo o conceito de Ambiente, População e Informação para o Desenvolvimento Humano.

Com a conferência da Thessaloniki, em 1997, o conceito de sustentabilidade torna-se mais abrangente incluindo questões como pobreza, população, saúde, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. A EA, englobando as recomendações de Tblisi e todos os princípios da Agenda 21, tornou-se também reconhecida como Educação para a Sustentabilidade (SATO, 2006).

Ainda de acordo com o mesmo autor, isto torna claro que as raízes da educação para o ambiente e sustentabilidade estão firmemente plantadas na EA.

Segundo FREITAS (2006), não é necessário e/ou nem desejável que umas definições substituam outras, mas antes que convivam, num fim comum que é a educação e sensibilização da população em geral.

1.4. TIPOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na tentativa de clarificar o quadro teórico da EA, é necessário defini-la nas suas diversas modalidades: a formal, a não-formal, a passiva e a activa, sendo que a EA deverá assentar na conjugação e interligação das suas diversas formas, privilegiando a colaboração e interacção alargadas entre pessoas individuais e colectivas (adultos, jovens, crianças, escolas, autarquias, parques e reservas, entre outros) (FREITAS, 1996).

Por EA formal, FERNANDES (1983), considera um processo educativo institucionalizado, no âmbito do ensino, com programas, metodologias, formação e conteúdos, estipulados de acordo com a filosofia educacional e normas do país. É uma educação com vários níveis, desde o pré-primário ao superior, durante o qual sobressai a interdisciplinaridade dos alunos e a sua participação nos problemas sociais, e na forma como estes se irão reflectir no seu futuro.

Neste contexto, ressaltam da EA formal a interdisciplinaridade dos vários componentes do projecto educativo, a participação do aluno e a sua determinação para a acção e solução dos problemas ambientais, e a integração com a comunidade. Desta análise é ainda de realçar um aspecto fundamental da EA formal, o facto de esta não se constituir como uma nova matéria, mas procurar apoio nas mais variadas disciplinas, através de um tipo de abordagem interdisciplinar (FILHO, 1989).

De acordo com FERNANDES (1983), por EA não-formal, entende-se um processo educativo, desvinculado ou não do poder oficial, mas que se realiza fora do âmbito escolar e que se diferencia pela flexibilidade de metodologias e programas.

Segundo HASSAN (2009), esta é uma componente vital da EA que tem vantagens em relação à educação formal, porque possibilita um programa flexível de temas ambientais

para diferentes grupos-alvo, em locais convenientes através de diferentes tipos de actividades, estando normalmente os participantes directamente em contacto com a natureza.

Contudo, de acordo com o mesmo autor, este tipo de EA tem limitações à transmissão de conhecimentos, pois não se promove uma análise crítica dos problemas ambientais, raramente são transmitidas boas práticas ambientais, e as questões abordadas não estão associadas ao ambiente imediato dos participantes. São exemplos deste tipo de EA, espaços como Centros de Interpretação Ambientais, Jardins zoológicos, centros de reabilitação de espécies, parques naturais, reservas, entre outros.

A EA pode ainda ser passiva, isto é, induzir à mudança de atitudes, na qual a população alvo recebe passivamente a informação, por exemplo, o explicar de um problema ambiental, as suas causas e respectivas consequências se não forem adquiridas medidas correctivas (CARAPETO, 1998).

OLIVEIRA (1989) considera que apesar de a EA passiva se dirigir normalmente a grandes grupos populacionais, este facto não impede que uma escola ou uma turma realize actividades de EA através dos professores ou alunos que receberão formação/informação de forma passiva. Segundo o mesmo autor, os meios mais utilizados neste tipo de EA são os livros, folhetos, exposições, percursos e actividades de expressão (desenho, pintura, música, dança ou teatro).

Por sua vez, a EA activa implica o envolvimento directo dos participantes, ou seja, o grupo alvo não é convidado a assistir a uma acção, mas a viver uma experiência. Desta forma, conseguem-se os melhores resultados, com a máxima eficácia no que diz respeito à mudança de atitudes. Exemplos deste tipo de EA são a construção de uma horta pedagógica/ biológica na escola, a realização de compostagem doméstica ou a observação e estudo das aves (CARAPETO, 1998).

Segundo OLIVEIRA (1989), a EA activa dirige-se essencialmente a pequenos grupos populacionais e encontra-se mais vocacionada para escolas, associações, clubes, autarquias (através de programas para jovens) e entidades afins.

1.5. FRAGILIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com quase meio século de implementação da EA, são várias as fragilidades apontadas por diversos autores. De acordo com FREITAS (2006), a EA tem assumido, em vários casos “dimensões de implementação prática reducionistas, comportamentalistas, ritualizadas e tão endoutrinantes como as inerentes ao pensamento dominante que pretende criticar”.

Segundo o mesmo autor, a necessidade do desenvolvimento prático de temas relacionados com a conservação da natureza, gestão de recursos e resíduos, património cultural, entre outras, dificultam a dinamização de conceitos mais abrangentes, numa lógica de complexidade de interligação dos vários domínios. A EA assumiu-se como mais uma dimensão educativa que trata da relação entre o Homem e o meio, centrada na adopção de comportamentos ambientalmente mais responsáveis.

De acordo com ALMEIDA (2007), são várias as fragilidades da EA, que têm conduzido ao “falhanço” da mesma, nomeadamente: a definição de objectivos excessivamente alargados; a promoção de uma abordagem genérica em vez de programas educativos focalizados; a aceitação de fundos de indústrias e agências que ajudaram a criar os problemas; e a promoção de projectos de curto prazo baseados em problemas, em vez de programas de longo prazo baseados em estilos de vida.

Segundo a mesma fonte, a EA esteve demasiado centrada nas questões do cognitivo e cerebral, negligenciando a educação no e para o ambiente. Esta abordagem baseou-se na assunção de que se as pessoas estiverem sensibilizadas para os problemas ambientais, farão algo para os resolver.

ALMEIDA (2007) refere ainda que as escolas têm falhado porque não praticam o que pregam, tornando os alunos confusos e críticos quando nas actividades do ensino formal são expostos a valores que não são reforçados pelas acções no ensino não-formal. Finalmente refere que a EA é frequentemente associada ao ambiente natural e não a preocupações socio-político-económicas.

De acordo com PINTO, (2010), os principais entraves às actividades de EA surgem pela falta de apoio institucional através de linhas de financiamento a projectos escolares e de Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), assim como a falta de acções de divulgação através de mostras de projectos e de publicações que contribuem para motivar quem desenvolve esses projectos, a falta de uma Estratégia de Educação Ambiental elaborada com os contributos de todos os actores implicados de forma a haver uma co-responsabilização na definição das linhas prioritárias de acção e, finalmente, a falta de um compromisso colectivo na concretização dessas linhas de acção prioritárias. O autor acrescenta ainda que uma dificuldade ao nível da educação formal é também o facto de a formação de professores em matéria de EA não ser considerada prioritária. Finaliza referindo que falta, ainda, uma avaliação do trabalho desenvolvido e produzido para que se possam identificar outras dificuldades a serem superadas.

1.6. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A nível nacional são dezenas as entidades que promovem actividades e projectos de EA, nos seus diferentes tipos: escolas, autarquias, centros de interpretação ambiental, parques ambientais temáticos, Organizações Não Governamentais (ONG), empresas, entre outras.

Contudo, várias questões se colocam: Qual o sucesso destas acções? Como medir a sua eficácia? Qual o seu real contributo para o desenvolvimento sustentável?

Ao pesquisar sobre esta matéria e a nível nacional com o objectivo de dar resposta a estas questões, verificou-se que a bibliografia disponível sobre a aplicação prática de modelos de avaliação a projectos ou actividades de EA é inexistente. A avaliação encontrada sobre estas actividades refere-se a valores quantitativos, como por exemplo, o número de participantes, o número de actividades realizadas ou o número de materiais distribuídos.

Segundo PEDRINI (1997) citado por TOMAZELLO (2001), *“A constatação da ausência de qualquer tipo de avaliação é demais preocupante, pois desconhecendo a eficácia ou eficiência de nossas acções a curto, médio ou longo prazos não podemos proceder a*

eventuais correcções ou ajustes do nosso processo de construção e difusão do conhecimento gerado e da aquisição de novos hábitos por parte dos capacitando”.

Efectivamente, e de acordo com ZINT (2009), os educadores de matérias ambientais encontram-se sobre crescente pressão para a avaliação dos programas e apresentação de resultados.

CHARLETON-HUG (2009) refere que a maioria dos programas de EA tem falhas no que se refere à incorporação da avaliação sistemática no seu planeamento, descrevendo mesmo como “falta de uma cultura generalizada de avaliação em educação ambiental”, o que considera ser surpreendente dado que os programas de EA são normalmente conduzidos por profissionais.

Deste modo e para analisar a questão da avaliação em EA é necessário primeiramente definir o que é, para que serve, o seu porquê, os tipos de avaliação, as principais dificuldades e como deve ser implementadas.

De acordo com PATON (2008), citado por CHARLETON-HUG (2009), a avaliação consiste na recolha sistemática de informações sobre as actividades, características e resultados dos programas de modo a poder fazer julgamentos sobre os mesmos, com o objectivo de melhorar a sua eficácia e/ou informar as decisões sobre a programação futura.

Segundo NSW (2004), idealmente a avaliação deverá começar a partir do momento em que se projecta um programa e decorre durante todo o seu ciclo de vida.

GUERRA (1993), citado por TOMAZELLO (2001), refere que a avaliação é um processo de diálogo, compreensão e melhoria de programas educativos, já que ela interroga pelo seu valor educativo, importância, exigências e significados e se estabelece como um meio de entendê-los e melhorá-los. Para este autor, *“a avaliação deve ser independente, não neutra; o avaliador deve ser imparcial, mas não asséptico. A avaliação deve ser qualitativa e tem por objetivo melhorar os programas através de sua compreensão, do conhecimento de sua natureza e resultados; deve ser democrática, deve ser posta a serviço dos usuários e da comunidade; Deve ser processual, isto é, realizar-se durante todo o processo, assim pode modificar e melhorar. É essencial que seja participativa,*

dê voz aos participantes para que emitam as suas opiniões. Deve realizar-se em equipa, pois assim haverá uma pluralidade de enfoques e maior garantia de rigor. Pode ser feita pelos próprios participantes e também contar com a colaboração externa, com uma perspectiva complementar, o que dará maior veracidade às informações”.

TOMAZELLO (2001) refere ainda que é importante não só avaliar como também superar a visão simplista de avaliação. *“Não se avalia com o único objectivo de propor mudanças, pois nem sempre mudança significa melhoria. Os resultados da avaliação de um projeto de Educação Ambiental devem sinalizar, por meio da compreensão, da reflexão e do diálogo entre seus actores – professores, alunos e comunidade – os elementos que consistiriam na autêntica melhoria do programa”.*

De acordo com NSW (2004), o planeamento de um programa de EA exige um esforço grande, tempo, dinheiro e recursos, pelo que é fundamental perceber o que funciona e porquê e se não funcionou, quais foram os motivos. A ferramenta que dá resposta a estas questões é a avaliação.

Segundo a mesma fonte, ao avaliar um programa é possível aprender com as experiências e ajustá-lo para o futuro sempre que necessário, pois este mecanismo fornece “feedback” contínuo. A avaliação contribui para a tomada de decisões em cada fase do programa, encoraja a reflectir sobre os resultados tendo em conta acções futuras, ajuda a compreender o valor de cada programa avaliando a sua eficácia, eficiência, adequação e gestão, e, finalmente, o mais importante, permite saber se os objectivos foram cumpridos e se não foram, porquê.

Ainda segundo a mesma fonte, o desenvolvimento e implementação de tal sistema de avaliação tem muitos benefícios, nomeadamente, conhecer melhor as necessidades do público-alvo e como atender a essas necessidades, os objectivos tornam-se mais exequíveis e mensuráveis, é possível monitorizar o progresso em direcção aos objectivos de forma mais eficaz e eficiente e finalmente, aumentar a produtividade e eficácia do programa.

De acordo com BARBA ET AL (sem data), a avaliação de projectos tem dois objectivos gerais: ajuda a determinar o mérito do projecto (funciona?) e seu valor (precisamos

dele?). A avaliação ajuda os decisores a determinar se um projecto deve ser continuado e, em caso afirmativo, sugere formas de melhorá-lo.

Dependendo da fase de planeamento do projecto, os gestores podem realizar uma avaliação das necessidades com base na avaliação formativa ou sumativa, que constituem os dois principais tipos de avaliação BARBA ET AL (sem data). Segundo o mesmo autor, a avaliação formativa é realizada durante todo o projecto, ou seja, durante a concepção, desenvolvimento e implementação. Devido ao carácter permanente da avaliação é possível fazer ajustamentos ao projecto.

Ainda segundo a mesma fonte, no caso da avaliação sumativa esta é geralmente realizada no final do projecto, através da realização de um relatório formal que é apresentado aos decisores políticos e outros interessados.

São reconhecidas as limitações e a complexidade do processo de avaliação, principalmente quando aplicado à EA, pois, como se pretende a mudança de atitudes e hábitos/comportamentos, levantam-se as questões “como conhecer as repercussões causadas por uma actividade e/ou projecto de Educação Ambiental? Como avaliar se precisamos melhorar/retomar as actividades propostas? Como decidir que tipo de instrumentos e/ou situações podem ser mais adequados para obtermos informações relevantes sobre a pertinência de uma actividade?” (TOMAZELLO, 2001).

Segundo o mesmo autor, são vários os autores que reconhecem estas dificuldades devido aos vários processos educativos existentes, à abrangência dos temas e dos objectivos. De facto, educar ambientalmente é educar a partir da concepção de uma realidade complexa, ou seja, em que todos os elementos constituintes do ambiente estão em contínua interacção.

Nsw (2004) refere ainda que, para muitas pessoas, a realização de uma efectiva avaliação de projectos é um desafio, por um lado, por duvidarem da sua competência para avaliar de forma eficaz, por outro lado, por não haver recursos suficientes ou tempo disponível para a avaliação.

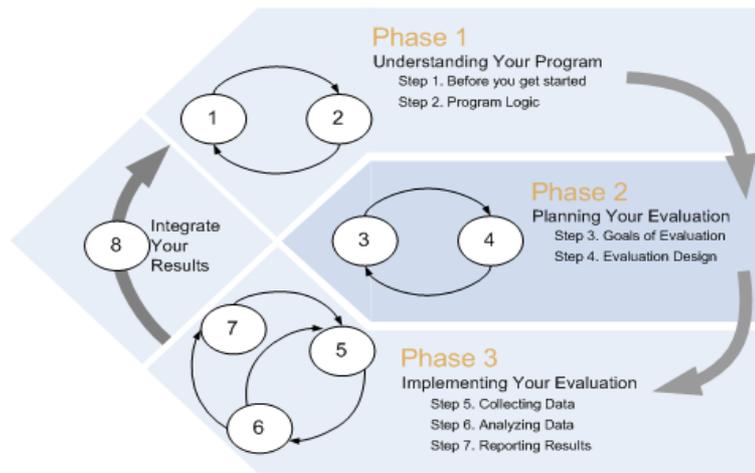
De acordo com GUIMARÃES (1995), citado por TOMAZELLO (2001), a avaliação deve ser não só quantitativa, mas também qualitativa e decorrer ao longo de todo o processo de EA. ALBA E GAUDIANO (1997), citado por TOMAZELLO (2001), acrescentam que a avaliação deverá ser um processo contínuo e ocorrer em todas as fases do desenvolvimento das actividades: *“Está associada com todo o processo educativo. Não a concebemos só como uma actividade final, nem diagnóstica, senão como um processo estreitamente articulado com o fazer educativo.”*

Segundo NSW (2004) é essencial que o planeamento da avaliação do programa decorra ao mesmo tempo que o planeamento do próprio programa. Tentar avaliar após o decurso do programa não será eficaz pois não se consegue obter a informação necessária para a avaliação.

Ainda de acordo com esta fonte, e no que diz respeito à avaliação, o passo fundamental no processo de planeamento do projecto é a definição de objectivos, e é a avaliação que irá determinar em que medida os objectivos foram ou não cumpridos.

De acordo com DUVALL, WOLSKE e MONTGOMERY (2007), existem 3 principais fases para a definição de uma estratégia de avaliação, com 8 etapas, de acordo com o esquema I. A primeira fase consiste em compreender o programa através de duas etapas, primeiro definindo as suas questões chave e segundo entender como funciona, (a sua lógica). Estas duas fases interagem de forma dinâmica. Após esta reflexão crítica dever-se-á passar para a fase do planeamento da avaliação, com a etapa 3 (definir metas e indicadores) que ajudará a criar e esclarecer as perguntas de avaliação, e como parte da etapa 4 (estrutura de avaliação), identificar um conjunto de dados para responder a essas perguntas. Semelhantes à fase 1, estes passos interagem de forma dinâmica. Depois de identificar as questões da avaliação que se pretende responder, o projecto de avaliação a empregar e dos instrumentos de recolha de dados, iniciam-se as fases sobre a recolha (etapa 5) e análise (etapa 6) dos dados e o relatório de resultados (etapa 7).

ESQUEMA 1 – ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO



Fonte: DUVALL, WOLSKE E MONTGOMERY (2007)

De acordo com a mesma fonte, as origens, a quantidade e o tipo de dados recolhidos irão determinar as conclusões, que por sua vez influenciam o modo como se deve compartilhar os resultados. Se estes não são claros ou levantam novas questões, pode ser necessário rever a fase 2, repensar as ferramentas, e recolher mais dados.

A etapa final de avaliação envolve o uso de resultados de avaliação para melhorar o programa. Este é o mais crítico e mais negligenciados passo no processo de avaliação. O resultado da avaliação pode ajudar a decidir expandir as actividades com sucesso, suspender ou modificar aquelas que não estão a funcionar bem, ou ter uma abordagem totalmente nova para atingir um objectivo do programa. Os resultados de uma avaliação podem ainda ser utilizados para iniciar uma outra avaliação. Os resultados podem dar origem a um modelo melhorado da lógica do programa, gerando novas questões de avaliação, e ajudando a lançar um novo ciclo de avaliação e desenvolvimento do mesmo, levando-o a obter maior sucesso (DUVALL, WOLSKE e MONTGOMERY (2007)).

Uma outra metodologia de planeamento de avaliação é proposta por BARBA ET AL (sem data) com 12 etapas, ou seja, um pouco mais descritiva que a metodologia anterior, mas com os mesmos princípios básicos, como se pode verificar no anexo II.

SENA (2005) defende ainda que para medir se os resultados propostos foram alcançados devem ser utilizados indicadores como instrumentos de medida, sendo que estes devem

variar consoante a natureza e objectivos de cada projecto. O autor destaca os objectivos quantitativos que medem os resultados de forma numérica e pragmática e os qualitativos ou subjectivos que normalmente reflectem resultados dificilmente mensuráveis. Para cada resultado que se pretende alcançar pode existir mais do que um indicador.

NSW (2004) propõe um modelo para o desenvolvimento de programas que incorpora a componente da avaliação, em anexo III, com todas as fases referidas anteriormente e é com base neste modelo que se irá analisar o Projecto Jovens em Movimento (PJM) aplicando-lhe esta metodologia. A escolha por deste modelo de avaliação, está relacionada com o facto de ter sido o mais completo que foi encontrado durante a pesquisa bibliográfica e que se considera que melhor se adequa aos projectos e actividades de EA.

1.7. PROJECTO JOVENS EM MOVIMENTO

Dos vários projectos e actividades de EA promovidos a nível nacional, seleccionou-se o Município de Oeiras para exemplo de aplicação de um modelo de avaliação, por ser uma realidade mais próxima e conhecida. De entre os vários projectos deste carácter promovidos pelo Município, seleccionou-se o PJM pois considera-se que em termos de EDS integra bem as questões ambientais, sociais e económicas. Para além disso, seleccionou-se este projecto por ser o que há mais anos é promovido pelo MO (desde 1992), tem por isso mais dados disponíveis e também por ser aquele que a mestranda coordena há mais tempo, conhecendo melhor todas as suas vertentes.

O PJM é promovido pelo MO desde 1992 e tem como principal objectivo a sensibilização ambiental da população adolescente, através da realização de tarefas úteis e educativas, nas temáticas resíduos e espaços verdes.

O projecto encontra-se dividido em duas campanhas, a anual (que decorre de Janeiro a Dezembro constituída por uma equipa de 9 participantes), e a de verão (que decorre de Junho a Setembro e é constituída por 21 equipas envolvendo cerca de 800 participantes por ano). Todos os participantes (jovens, monitores e coordenadores) no projecto são remunerados pelas actividades realizadas.

Em anexo IV poderá se consultada uma ficha do projecto com uma descrição mais pormenorizada.

O projecto decorre habitualmente com bastante sucesso, sendo efectuada anualmente uma avaliação sumativa, através de uma análise quantitativa do número de participantes, faixas etárias, percentagem de participantes pela primeira vez, e qualitativa através de questionários de avaliação aplicados aos participantes.

No âmbito da Agenda de Sustentabilidade para Oeiras – Oeiras21+, o MO, determinou a elaboração de um procedimento de avaliação da Sustentabilidade de projectos municipais, com o objectivo de obter informação sintética e relevante para tomada de decisão sobre projectos municipais com impacte determinante na sustentabilidade do território e paralelamente incluir esta informação no relatório de sustentabilidade do Modelo Integrado de Gestão, em implementação na CMO.

Deste modo, foram elaboradas fichas de avaliação de sustentabilidade para os projectos de continuidade, nomeadamente, o PJM com o objectivo de reflectir sobre os pontos fortes em matéria de sustentabilidade destes projectos e eventuais propostas de melhoria. Esta análise de sustentabilidade é também apresentada em anexo V.

1.7.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

Apesar de ser realizada uma avaliação anual de como decorre o projecto, considera-se que seria interessante a existência de uma análise comparativa dos últimos dez anos que permitisse uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos ao longo de uma década e não apenas de cada ano individualmente.

Para o efeito foi efectuado um tratamento estatístico da informação disponível sobre o projecto na última década, com base na análise dos relatórios, podendo-se retirar algumas conclusões.

Por a estrutura de cada relatório ser diferente cada ano, só existindo nos últimos anos uma informação mais uniforme, e com o objectivo de comparar a evolução na última década, só foi possível reunir informação quantitativa sobre o seguinte: número de turnos realizados; total de equipas por ano; número de vagas por ano; quantidade de

material de sensibilização distribuído; número de sacos com resíduos recolhidos e total do investimento municipal realizado com os recursos humanos.

Em anexo VI, apresentam-se os gráficos referentes as estas questões, sobre os quais é possível concluir o seguinte:

- O ano de 2003 foi um ponto de crescimento do projecto, onde deixaram de existir apenas equipas em praias e ruas, e passaram também a ser constituídas equipas em jardins e viveiros. Naturalmente, aumentou o número de equipas, de participantes, de materiais de sensibilização distribuídos e de investimento municipal;
- Com o sucesso deste crescimento, em 2004, regista-se um novo pico do projecto, com um aumento do número de equipas, neste ano, também no período da tarde. Deste modo, registaram-se as maiores taxas de participação, assim como um aumento exponencial do número de materiais de sensibilização distribuídos à população;
- Nos anos seguintes e no que diz respeito à estrutura do projecto, regista-se uma estabilização, com um retrocesso do número de equipas e participantes desde 2005, pois concluiu-se que a constituição de equipas no período da tarde, apesar de necessária era de difícil gestão, pois implicava um coordenador extra, sendo que se registava também muito calor para a realização das actividades, diminuindo assim o seu rendimento;
- A quantidade de sacos com resíduos recolhidos pelos jovens, acompanha também o número de equipas constituídas e o número de participantes;
- De notar que nos últimos 2 anos (2010 e 2011) registou-se uma diminuição do numero de vagas, apesar do numero de equipas se manter, devido a uma redução do orçamento disponível. Com o objectivo de não reduzir os locais de intervenção e consequentemente o número de equipas, diminuiu-se antes o número de participantes por equipa. Esta tendência deverá continuar em 2012.

Para além desta avaliação quantitativa, possível de extrair de forma homogénea dos relatórios apresentados, são também realizados anualmente questionários de avaliação aos participantes. Estes questionários têm como objectivo aferir as motivações dos

jovens para a participação, assim como os seus conhecimentos ambientais, antes e após a participação no projecto.

Não é possível apresentar esse tratamento estatístico, por as questões serem diferentes ao longo dos anos. Contudo é possível indicar que cerca de 90% dos participantes refere ser muito positiva a sua participação no projecto, tendo-se inscrito maioritariamente por questões financeiras, mas também para conhecer novos amigos e ocupar os tempos livres.

A partir de 2003, são introduzidas questões que pretendem aferir os conhecimentos ambientais dos participantes, mas que por serem diferentes de ano para ano não é possível efectuar o tratamento comparativo ao longo dos anos.

Deste modo, deverá ser considerado nos próximos anos uma estrutura de relatório que permita tratar estatisticamente os questionários de avaliação qualitativa dos participantes, mas de forma a poderem ser comparadas anualmente as respostas, de modo a obter melhores conclusões sobre os resultados obtidos.

1.7.2. APLICAÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

Paralelamente, considera-se importante a aplicação de um modelo de avaliação do projecto, para as diferentes fases de planeamento e implementação, através de um conjunto de indicadores de avaliação, que permitam a melhoria contínua do mesmo.

Após a análise deste projecto, concluí-se que o tipo de avaliação efectuada é a sumativa, não existindo uma avaliação que permita melhorá-lo continuamente e que demonstre a sua eficácia enquanto projecto para a sustentabilidade.

Deste modo e após análise da bibliografia consultada, considera-se que o modelo de desenvolvimento de avaliação mais adequado será o proposto por NSW (2004), pelo que se adaptou o mesmo ao PJM. A escolha por deste modelo de avaliação, está relacionada com o facto de ter sido o mais completo que foi encontrado durante a pesquisa bibliográfica e que se considera que melhor se adequa aos projectos e actividades de EA.

Após a aplicação deste modelo ao PJM, foram inicialmente definidas as questões às quais se pretende que o modelo de avaliação dê resposta. Estas questões, que são também os objetivos da avaliação, são respondidos através da aplicação de um conjunto de indicadores. Na prática é objectivo que no próximo ano de implementação do projecto, se comece de início a responder a estas questões, que abrangem todas as fases de implementação do projecto. Considera-se que este modelo de avaliação poderá ser facilmente incorporado no PJM.

Após a aplicação destes indicadores, será possível obter resultados não só quantitativos mas também qualitativos, nomeadamente, se é possível destacar funcionários do MO para outros trabalhos mais especializados e em que percentagem, ou qual o nível de conhecimentos adquiridos nas acções de formação.

Verifica-se assim que existem modelos de avaliação de projectos de EA, e que é possível a sua adaptação a casos concretos.

Considera-se que só deste modo poderá ser medido o verdadeiro nível de eficiência destes projectos e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável.

1.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EA ou a EDS constitui um processo educativo de informação que permite a compreensão do ambiente, a sua preservação e melhoria, mas também todos os problemas que actualmente lhe estão adjacentes. A nova mudança de atitudes depende de uma forma fulcral dos educadores, professores, família e sociedade em geral.

Neste sentido, avaliar os resultados dos programas, actividades e acções de EA é essencial para compreender a verdadeira eficácia dos mesmos e deverá ser considerada uma obrigação em qualquer processo de planeamento.

A avaliação não deve ser encarada como um acessório, mas como uma ferramenta que determina se as actividades estão ou não a cumprir os objectivos a que se propõem. Já não é suficiente confiar no instinto ou na avaliação sumativa para determinar se um projecto ou um programa tem funcionado, é necessário aplicar indicadores que efectivamente meçam os resultados.

Embora nem todos os profissionais se possam especializar na avaliação dos seus projectos, deverão ser capazes de definir e aplicar metodologias de avaliação eficazes que determinem se o seu trabalho está ou não a fazer a diferença. Dado o tempo e energia dispendidos no planeamento de uma intervenção, o mesmo compromisso deve ser dado à determinação dos seus sucessos e fracassos.

Com a definição e implementação do modelo com indicadores de avaliação (em anexo VII) para um projecto de EA promovido pelo Município de Oeiras pretendeu-se provocar uma reflexão sobre a necessidade de incluir o processo de avaliação nesta matéria.

Após a análise realizada concluí-se que a aplicação de um modelo de avaliação a projectos desta natureza implica um envolvimento maior dos técnicos responsáveis pelo planeamento e implementação dos mesmos na medida em que terão de monitorizar e registar cada fase do programa. Implica também uma maior reflexão sobre os resultados obtidos, uma vez que serão obtidos dados que permitem essa reflexão. Em termos organizacionais de trabalho, considera-se que não haverá grandes implicações ou desvantagens em aplicar este tipo de avaliação a projecto. A definição e aplicação do modelo, considera-se ser a parte mais complexa, pois é necessária uma reflexão profunda sobre os projectos, o que poderá ser uma limitação, na medida em que existe normalmente pouco tempo disponível para este tipo de reflexão e análise.

Contudo, consideram-se que existem várias vantagens, nomeadamente, a melhoria e análise contínua do projecto, a possibilidade de obter informação qualitativa e principalmente verificar os pontos fortes e fracos, ou seja, se não está a funcionar porque e exactamente onde não está a funcionar.

Só através deste processo será possível reflectir sobre os verdadeiros objectivos da EA para cada acção específica, as suas metodologias e práticas promovidas, melhorando continuamente as acções e implementando novas dinâmicas.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO CURRÍCULO VITAE

No decorrer da licenciatura em Gestão do Ambiente (no 2º ano, ano de 1999), a mestranda iniciou as suas tarefas na área da Educação Ambiental, como monitora de actividades do projecto Jovens em Movimento, promovido pelo Município de Oeiras.

Ainda no decorrer do 2º ano da licenciatura realizou um trabalho de equipa, intitulado “Educação Ambiental em Ecossistemas Urbanos do Concelho de Oeiras”, que após apresentação académica, enviou para o Município de Oeiras. Após análise desta proposta e aprovação por parte do município, o mesmo foi implementado pela mestranda durante um ano lectivo, com bastante sucesso. Refere-se que este projecto foi ainda financiado pelo programa Ciência Viva, após candidatura, devidamente aprovada.

Para a conclusão da licenciatura, a mestranda realizou o trabalho final de curso, intitulado “A Educação Ambiental nas Escolas”, que teve como objectivo a apresentação de um conjunto vasto de actividades de sensibilização ambiental, a promover no município de Oeiras, tendo obtido a colaboração e apoio de técnicos desta entidade. Após a conclusão do trabalho, o mesmo foi remetido para o município de Oeiras, que o considerou relevante, incluindo algumas das suas actividades no Programa de Educação Ambiental para as escolas.

Após a conclusão da licenciatura a mestranda, realizou um estágio profissional com a duração de um ano no município de Oeiras, tendo desempenhado funções de monitora de actividades na área da educação ambiental, ficando desde logo responsável por alguns projectos desta natureza. Foi também durante este estágio que apresentou uma proposta de livros de apoio às acções em sala de aula, sobre a temática dos resíduos. Foram apresentadas duas versões, uma para alunos do 1º e 2º ciclo e outra para alunos do 3º ciclo e secundárias. Estas propostas foram posteriormente editadas pelo município e distribuídas ate hoje, a todos os alunos quando se realiza esta actividade.

No final do estágio a mestranda desempenhou funções de eco-conselheira, também no município de Oeiras onde realizou diversas actividades e campanhas de sensibilização ambiental, ate ser efectuada a sua contratação como funcionária do município.

Desde então e até ao presente tem continuado a desempenhar funções nas áreas referidas, sendo coordenadora, desde 2003, de diversos projectos de educação ambiental, com bastante relevância a nível municipal e mesmo nacional.

Paralelamente, tem realizado os conteúdos técnicos de diversos materiais de sensibilização ambiental, sobre variadas temáticas ambientais, posteriormente editados pelo município, e distribuídos a diversos públicos alvo, destacando-se folhetos, livros de apoio às acções em sala de aula, jogos lúdico-pedagógicos, colaborando ainda na elaboração de notícias para imprensa local e actualização de conteúdos ambientais no site municipal.

A mestranda foi ainda responsável pela definição de um conjunto de indicadores de avaliação de todos os projectos e actividades de sensibilização ambiental promovidas pelo município e em 2007 pela colaboração na estruturação e definição do Plano Municipal de Sensibilização Ambiental.

Para além da formação académica, tem apostado na sua formação profissional, não só pela frequência do actual mestrado, mas também em pequenos cursos, seminários e workshops que promovem a aquisição de novos conhecimentos, mais especialistas, assim como a troca de experiência a nível nacional e internacional. A realização do curso de formação de formadores permitiu-lhe realizar até hoje centenas de acções de sensibilização sobre diversas áreas ambientais, para públicos alvo muito variados, desde alunos dos jardins-de-infância, a adolescentes, a público adulto e seniores.

Devido aos seus conhecimentos e responsabilidades profissionais, representou já o município de Oeiras em diversos eventos de carácter ambiental.

Nestes 12 anos de experiência profissional em EA, sempre associada ao município de Oeiras, a mestranda sensibilizou já milhares de pessoas. Este vasto percurso tem permitido anualmente adaptar projectos, promover novas campanhas, que melhor alcancem o objectivo da sensibilização, cujos resultados são regra geral, visíveis a médio longo prazo.

Sendo a EA um pilar base para se alcançar o desenvolvimento sustentável, considera-se que este percurso profissional, tão especializado nesta temática, tem contribuído para a mudança de atitudes e comportamentos ambientais de centenas de pessoas. É uma experiência diária, com uma forte componente prática, de contacto directo com os públicos-alvo.

De modo a melhor demonstrar esta análise, apresenta-se de seguida o currículo *vitae* detalhado, com os devidos comprovativos, anexados.

CURRICULO VITAE DETALHADO

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Datas	1997-2001
Designação do certificado	Gestão do Ambiente (Licenciatura)
Classificação obtida	14
Estabelecimento de ensino	Universidade Atlântica
Trabalho final de Curso	A Educação Ambiental nas Escolas – classificação de 18 valores (escala de 0 a 20)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tema	Seminário Nacional Eco Escolas 2010-2011
Entidade Promotora	Associação Bandeira Azul da Europa
Duração	4, 5 e 6 de Fevereiro de 2011
Tema	VIII Mostra de Recursos Pedagógicos em matéria de EA
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Loures
Duração	13 Outubro de 2010
Tema	Comunicação Assertiva
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	21 Horas, correspondendo ao período de 8, 9 e 10 de Setembro de 2010

Tema	I Jornadas de Art' Ambiente – Contributos para a Educação para a Sustentabilidade
Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	24 a 26 de Setembro de 2010
Tema	VI Congresso de Ornitologia da SPEA & IV Congresso Ibérico de Ornitologia
Entidade Promotora	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Duração	5 a 8 de Dezembro de 2009
Tema	Workshop “Organização de Eventos”
Entidade Promotora	Associação Empresarial da Região de Lisboa – AERLIS
Duração	Novembro de 2008
Tema	Liderança e Gestão de Reuniões
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	24,5 horas, correspondendo ao período de 13 a 17 de Outubro de 2008
Tema	Formação Básica de Socorrismo - Reciclagem
Entidade Promotora	Cruz Vermelha Portuguesa
Duração	12 Horas, correspondendo ao período de 28 /05 /2008 a 29/ 05/ 2008, com 20 valores
Classificação	20 valores (escala de 0 a 20)
Tema	Curso intensivo de apicultura
Entidade Promotora	Unidade de Investigação de Silvicultura e Produtos Florestais/ Posto Apícola -ISA
Duração	16 Horas, correspondendo a 10 a 15 de Março de 2008

Tema	XV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	25 e 26 de Janeiro de 2008
Tema	Seminário Eco-Escolas 2007-2008
Entidade Promotora	Associação Bandeira Azul da Europa
Duração	13, 14 e 15 de Janeiro de 2008
Tema	XIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	26 e 27 de Janeiro de 2007
Tema	Seminário “Protecção do Litoral – Educação para o Desenvolvimento Sustentável”
Entidade Promotora	Fundo para a protecção dos animais selvagens – FAPAS
Duração	Novembro de 2006
Tema	Formação Básica de Socorrismo
Entidade Promotora	Cruz Vermelha Portuguesa
Duração	24 Horas, correspondendo ao período de 15 /05 /2006 a 18/ 05/ 2006
Classificação	18 valores (escala de 0 a 20)
Tema	Gestão da Qualidade
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	15 Horas, correspondendo ao período de 19/ 06/ 2006 a 22/ 06 / 2006
Tema	Gestão de Conflitos
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	15 Horas, correspondendo ao período de 8/05 /2006 a 12/05/ 2006
Tema	XIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL
MESTRADO EM AMBIENTE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	27 e 28 de Janeiro de 2006
Tema	Concepção e Gestão de Projectos – Parte Prática (Microsoft Project)
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	30 Horas, correspondendo ao período de 18 a 22/04 / 2005 a 2 a 6 /04 / 2005
Tema	Concepção e Gestão de Projectos – Parte Teórica
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Duração	15 Horas, correspondendo ao período de 21/ 03/ 2005 a 24/03 / 2005
Tema	XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	27, 28 e 29 de Janeiro de 2005
Tema	XV Encontro Nacional de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Instituto do Ambiente e Parque Biológico de Gaia
Duração	2 a 5 de Outubro de 2004
Tema	XI Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental e I Jornadas Luso-Galaicas de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA
Duração	22, 23 e 24 de Janeiro de 2004
Tema	XIV Encontro Nacional de Educação Ambiental
Entidade Promotora	Instituto do Ambiente e Parque Biológico de Gaia
Duração	2 a 5 de Outubro de 2003
Tema	Curso de Formação Pedagógica de Formadores

Entidade Promotora	Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento
Duração	120 Horas, correspondendo ao período de 23/ 09/ 2002 a 11/11/2002
Classificação	Muito Bom (escala de insuficiente a Muito Bom)
Tema	Congresso ISA 2000 – Ambiente Território e Agricultura. Que mudanças para o século XXI?
Entidade Promotora	Instituto Superior de Agronomia - ISA
Duração	22 de Novembro de 2000
Tema	Seminário “Certificação de Qualidade e Ambiente”
Entidade Promotora	Associação Empresarial da Região de Lisboa – AERLIS
Duração	4 a 6 de Dezembro de 2000

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Entidade empregadora	Câmara Municipal de Oeiras
Datas	2003 - até à presente data
Função ou cargo ocupado	Técnica Superior de Ambiente
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">- Colaboradora na definição de um conjunto de indicadores de avaliação de projectos de sensibilização ambiental;- Colaboradora na realização do Plano Municipal de Sensibilização Ambiental do Município de Oeiras;- Reestruturação e coordenação do projecto de sensibilização ambiental, Jovens em Movimento (desde 2003);- Planificação e coordenação do projecto de sensibilização ambiental Eco-Conselheiros (desde 2002);- Planificação e coordenação do projecto de sensibilização ambiental Bairro Limpo (desde 2005);- Reestruturação do Programa de Educação Ambiental nas Escolas (2007) e definição de conteúdos temáticos das actividades (anualmente);

- Planificação e coordenação dos seguintes eventos: “Dia Mundial de Limpeza das Praias”; “*Clean Up the World*” e “Dia Nacional do Mar” (desde 2007);
 - Integração da equipa do projecto Quinta de Recreio – Marquês de Pombal, a implementar na Estação Agronómica Nacional;
 - Realização de 624 horas de formação/ sensibilização ambiental a funcionários, colaboradores da CMO (monitores de actividades), serviço de polícia municipal, escolas, centros de dia e empresas do Município, no período entre 2002 e 2011;
 - Concepção teórica e preparação das acções de sensibilização e jogos ambientais a realizar nas escolas, no âmbito do Programa de Educação Ambiental;
 - Colaboração na elaboração das candidaturas Cidades Limpas e Eco XXI (2005-07);
 - Preparação da antecipação da época balnear para dia 1 de Maio (desde 2004) e coordenação da acção de desinfecção de areias na Praia da Torre (2004);
 - Colaboração na realização de exposições, feiras e eventos de carácter ambiental promovidas pela CMO (Feira de Oeiras, ExpoAmbiente; Exposição Jovens em Movimento, Quinzena da Energia e do Ambiente; *Peddy Paper* Ambiental; Feira Vegetariana);
 - Planificação e colaboração em acções de limpeza e sensibilização ambiental a pedido de empresas do município (Mc Donald's; Ericson; Carrefour; Dia do Voluntariado CMO);
 - Coordenação das pinturas murais em diversos túneis públicos, nomeadamente nas Praias da Torre, Santo Amaro de Oeiras, Paço de Arcos, Viaduto a A5 em Paço de Arcos, Carnaxide, Linda a Velha e Pista de skate de Oeiras.
-

Entidade empregadora Câmara Municipal de Oeiras

Datas 2002

Função ou cargo ocupado	Estagiário Profissional na Câmara Municipal de Oeiras
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">- Apoio na realização de actividades de educação ambiental para empresas (Carrefour, Cadbury Adams);- Realização de 30 acções de sensibilização em escolas, no âmbito do Programa de Educação Ambiental Escolar;- Colaboração na elaboração da candidatura “Cidades Limpas”, tendo o município sido galardoado;- Coordenação do projecto Eco-Conselheiros;- Levantamento dos equipamentos de deposição de resíduos existentes nas escolas do município e concepção de uma base de dados;- Formação dos monitores e jovens no âmbito do projecto Jovens em Movimento e formação a auxiliares de mercado e funcionários CMO;- Integração da equipa do projecto Eco-Parque – “Parques Urbanos – Alto da Serra e Alto do Montijo”, contribuindo ainda na elaboração da candidatura do mesmo ao programa comunitário “Life Ambiente”
Entidade empregadora	Câmara Municipal de Oeiras
Datas	1999-2001
Função ou cargo ocupado	Monitora de projectos de sensibilização ambiental
Principais actividades e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">- Monitora do projecto Jovens em Movimento nos meses de Verão (1999-2001);- Elaboração e apresentação da candidatura ao programa Ciência Viva do projecto “Educação Ambiental em Ecosistemas Urbanos do Concelho de Oeiras”, tendo a mesma sido aprovada;- Coordenação, execução, implementação e monitorização do “Projecto de Educação Ambiental em Ecosistemas Urbanos do Concelho de Oeiras”;- Representação da Câmara Municipal de Oeiras na Exposição 5º Fórum Ciência Viva, no Parque das Nações, com o “Projecto de Educação Ambiental em Ecosistemas Urbanos do Concelho de Oeiras”.

PUBLICAÇÕES

Publicação	Actualização de conteúdos no site do Município
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	Desde 2006 até à data
Tarefas desempenhadas	Elaboração de textos e conteúdos – http://www.cm-oeiras.pt/AMUNICIPAL/OEIRASRESPIRA/Paginas/OeirasRespira.aspx
Publicação	Diversos artigos sobre projectos ambientais do município
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	Diversas
Tarefas desempenhadas	Elaboração de conteúdos
Publicação	Manual do Monitor – projecto Jovens em Movimento
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	2006 – re-edições e actualizações anuais até à data
Tarefas desempenhadas	Autora, elaboração de conteúdos e maquetização
Publicação	Folheto – projecto Jovens em Movimento
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	2004 – re-edições e actualizações anuais até à data
Tarefas desempenhadas	Autora, elaboração de conteúdos
Publicação	Folheto Praias
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	2006 – re-edições e actualizações anuais até à data
Tarefas desempenhadas	Autora, concepção dos jogos e conteúdos, arranjo gráfico e maquetização
Publicação	Guia de compostagem doméstica
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Oeiras
Data publicação	2009

Tarefas desempenhadas Colaboração na pesquisa bibliográfica e elaboração de conteúdos

Publicação Guia de reciclagem manual de papel

Entidade Promotora Câmara Municipal de Oeiras

Data publicação 2006

Tarefas desempenhadas Autora, concepção da história; elaboração de conteúdos, arranjo gráfico e maquetização

Publicação Sr. Legume

Entidade Promotora Câmara Municipal de Oeiras

Data publicação 2005 – re-edições e actualizações anuais até à data

Tarefas desempenhadas Revisão de conteúdos, arranjo gráfico e maquetização

Publicação Vamos cuidar do lixo – alunos do 1º e 2º ciclos do ensino básico

Entidade Promotora Câmara Municipal de Oeiras

Data publicação 2002 – re-edições e actualizações anuais até à data

Tarefas desempenhadas Autora, concepção da história; elaboração de conteúdos, arranjo gráfico e maquetização

Publicação Vamos cuidar do lixo – alunos do 3º ciclo e ensino secundário

Entidade Promotora Câmara Municipal de Oeiras

Data publicação 2002 – re-edições e actualizações anuais até à data

Tarefas desempenhadas Autora, elaboração de conteúdos, arranjo gráfico e maquetização

Publicação Folheto Bairro Limpo

Entidade Promotora Câmara Municipal de Oeiras

Data publicação 2007

Tarefas desempenhadas Autora, elaboração de conteúdos

PARTICIPAÇÕES OU REPRESENTAÇÕES

Evento Seminário Nacional Eco-Escolas 2008

Local	Maia
Tema	Município de Oeiras e Educação Ambiental
Data	15 de Janeiro de 2008

Evento Seminário Recolha Selectiva Porta-a-Porta

Local	Espaço Monsanto
Tema	Recolha Selectiva Porta-a-Porta – o Caso do Município de Oeiras
Data	Novembro de 2005

Evento Colóquio “A Terra vai ter de Esperar”

Local	Escola Secundária de Linda-a-Velha
Tema	Sistema Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos
Data	Fevereiro de 2003

Evento Feira Vegetariana

Local	Jardim Municipal de Oeiras
Tema	Programa de Compostagem no Quintal de Oeiras
Data	Setembro de 2002

APTIDÕES OU COMPETÊNCIAS

PESSOAIS

Língua (s) materna (s)	Português
Outras línguas	Inglês
Aptidões e competências sociais	<ul style="list-style-type: none">- Espírito de equipa;- Boa capacidade de comunicação;- Capacidade de adaptação a diferentes grupos de trabalho e ambientes multiculturais;

	<ul style="list-style-type: none">- Resolução de conflitos;- Assertividade.
Aptidões e competências de organização	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de liderança (coordenação de equipas);- Sentido de organização (experiência em logística);- Gestão de projectos, equipas e orçamentos.
Aptidões e competências técnicas	<ul style="list-style-type: none">- As adquiridas no decorrer da formação académica, profissional e na participação em diversos congressos, seminários e encontros de carácter ambiental.
Aptidões e competências informáticas	<ul style="list-style-type: none">- Domínio do software Office (Word, Excel, PowerPoint, Access, Project);- Internet Explorer;- Conhecimentos básicos de Microstation, Sistemas de Informação Geográfica e Statistical software system (SPSS)
Aptidões e competências artísticas	<ul style="list-style-type: none">- Curso de Pintura a Óleo e Artes decorativas- Realização de diversos ateliers de reutilização e reciclagem de resíduos – no âmbito dos projectos realizados para o município de Oeiras.
Outras aptidões e competências	<ul style="list-style-type: none">- Prática de desporto.
Carta(s) de condução	<ul style="list-style-type: none">- Carta de condução da categoria B.
Anexos	<ul style="list-style-type: none">- Cópia de declaração de actividade profissional;- Cópia do certificado de formação académica;- Cópias dos certificados de formação profissional.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAS G. (2003). *Northern Areas Strategy for Sustainable Development Background Paper: Environmental Education*. IUCN - The World Conservation Union Northern Areas Programme, Gilgit. Series editor: Hamid Sarfraz;

- ALHO, J. M., (2000). *Lei das ONGA e Legislação Complementar*. IPAMB;
- ALMEIDA, F. M. (2007). *Carta da Terra Projectos e Utopias para um Mundo Melhor*.
Santa Iria da Azóia: ASPEA;
- AZEVEDO, A., FIALHO, J., ALMEIDA, B., (2006). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2006” – Campanha de verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- BARBA, K., ROSS, S., PARSONS, C., MILLER, B., SPRANGER, M., HINCHCLIFF, G., HINKLEY, L., RILEY, C., (sem data). *Designing Evaluation for education projects*. NOAA - Office of Education and Sustainable Development Northern Illinois University. Disponível em <http://meera.snre.umich.edu/plan-an-evaluation/>;
- CARAPETO, C., (1998). *Educação Ambiental*. Universidade Aberta. Lisboa;
- CARLETON-HUG, A., HUG, J. W. (2009). *Challenges and opportunities for evaluating environmental education programs*. Evaluation and Program Planning. Disponível em <http://meera.snre.umich.edu/plan-an-evaluation/>;
- CARRONDO, T., (2002). *Jovens em Movimento 2001 – Relatório Final de Coordenação*. Câmara Municipal de Oeiras;
- CMO (CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS). (2008). *Oeiras XXI – Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável*. Relatório Final. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Desenvolvimento Municipal e Gabinete de Comunicação.
- CMO (CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS). (2008a). *Oeiras XXI+: Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008-2013*. Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Oeiras.
- CNA – Comissão Nacional do Ambiente, (1972). *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo, 5-6 Junho de 1972*. Junta nacional de investigação científica e tecnológica. Relatório da Delegação Portuguesa;

- CUNHA, C., VIEIRA, C., TEIXEIRA, F., RAPOSO, I., E SOBRINHO, J., (1999). *A Educação Ambiental na Política Pública de Ambiente. Um historial e uma bibliografia de referência*. LISBOA: IPAMB.
- DUVALL, J., WOLSKE, K. AND MONTGOMERY, N. (2007). *Planning and Implementing an EE Evaluation*. Disponível online: <http://meera.snre.umich.edu/plan-an-evaluation/>;
- FADIGAS, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo;
- FERNANDES, J. A. (1983). *Manual de Educação Ambiental*. Comissão Nacional de Ambiente. Lisboa;
- FIDÉLIS, T. (2005). *Da Agenda 21 Local ao Sistema de Planeamento do Território em Portugal*. In APEA: 20 anos, 20 temas. Lisboa: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente;
- FILHO, G. S. (1989). *Apontamentos de Introdução à Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente;
- FREITAS, M. (1996). *Actas – 7º Encontro Nacional de Educação Ambiental – Contribuição para a definição da natureza e âmbito da Educação Ambiental*. Lisboa;
- FREITAS, M. (2006). *Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade Portuguesa*. Revista Iberoamericana de Educación, Mayo-Agosto, número 041 Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Madrid España;
- GERALDES, H., (2000). *Ensinar ambiente... também se aprende*. In cadernos de Educação Ambiental n°29;
- GIORDAN, A., SOUCHON, C. (1997). *Uma educação para o Ambiente*. Instituto de Inovação Educacional, Instituto de Promoção Ambiental. Lisboa;

- GOMES, S. (2010). *Relatório de actividades – Núcleo de Sensibilização e Promoção Ambiental*. Câmara Municipal de Oeiras;
- HASSAN, A., OSMAN, K., PUDIN, S., (2009). *The adults non-formal environmental education (EE): A Scenario in Sabah, Malaysia*. Disponível em: www.elsevier.com/locate/evalprogplan;
- INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL. (1997). *DE ESTOCOLMO AO RIO – AS DECLARAÇÕES DO AMBIENTE*. Cromotipo Artes Gráficas;
- LEITÃO, D., (2002). *Relatório Final da Coordenação – Jovens em Movimento 2002*. Câmara Municipal de Oeiras;
- LEITÃO, D., MOMADE, A., DINIZ, L., MONTEIRO, S., (2003). *Relatório Final da Coordenação – Jovens em Movimento 2003*. Câmara Municipal de Oeiras;
- LEITÃO, D., (2004). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2004” – Programa de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- MACEDO, H., PEYROTEO, P., RAMOS, S., (2005). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2005” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- MAGALHÃES, P., & MORAL, J. (2008). *Os jovens e a Política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião, Universidade Católica Portuguesa;
- MARQUES, N., FIALHO, J., MATA, E., PINTO, J., (2007). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2007” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- MARQUES, N., FIALHO, J., RODRIGUES, M., NOVAES, C., (2008). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2008” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- MARQUES, N., RODRIGUES, M., NOVAES, C., (2009). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2009” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;

- MARQUES, N., PREGUEIRO, T., (2010). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2010” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- NSW - Department of Environment and Conservation (2004). *Does your project make a difference? A guide to evaluating environmental education projects and programs* Sydney. Disponível online <http://meera.snre.umich.edu/plan-an-evaluation/>;
- OLIVEIRA, L. F. (1989). *Educação Ambiental – Guia prático para professores, monitores e animadores culturais e de tempos livres*. (1ª ed.). Lisboa: Texto Editora;
- PINTO, J. (2006). *De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos*. Em: *AmbientalMente Sustentable – Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*. Corunha. Volume 1;
- PINTO, J. (2004). *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais acções*. Em: *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto;
- PNUA – Programa Internacional de Educación Ambiental (1975). *Seminário Internacional de Educación Ambiental*, Yugoslávia 13-22 Outubro – UNESCO;
- PREGUEIRO, T, CONCEIÇÃO, S, OLIVEIRA, H., (2011). *Relatório do Projecto “Jovens em Movimento 2011” – Campanha de Verão*. Câmara Municipal de Oeiras;
- QUARESMA, C. (2009). *Centros XXI de Bairro – Uma nova abordagem territorial da agenda 21 local*. Dissertação apresentada na faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil Ordenamento do Território e Impactes Ambientais;
- RODRIGUES, S. (2009). *Relatório de actividades – Núcleo de Sensibilização e Promoção Ambiental*. Câmara Municipal de Oeiras;
- SATO, M. (2006). *Evolving Environmental Education and its relation to EPD and ESD - Overview of the Conceptual Development based on a series of International*

Discussion on Environmental Education. UNESCO Expert Meeting on Education for Sustainable Development (ESD): Reorienting Education to Address Sustainability to be held for 1-3 May 2006 at Kanchanaburi, Thailand;

SENA, L. (2005). *Manual para Elaboração, Administração e Avaliação de Projetos Socioambientais* CPLEA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. São Paulo;

TEIXEIRA, F. (2003). *Educação Ambiental em Portugal – Etapas, Protagonistas e Referências Básicas*. Torres Novas: Liga para a Protecção da Natureza;

TOMAZELLO, M. e FERREIRA T. (2001) *Educação Ambiental: Que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projectos?* *Ciência & Educação*, v.7, n.2. Disponível online: <http://www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/viewarticle.php?id=104>;

VASCONCELOS, L. (2005). *Cidadania activa para uma governância sustentável*. In APEA: 20 anos, 2º temas. Lisboa: Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente.

VILARIGUES, S., (1999). *Participação Ambiental - A importância de uma acção autodeterminada* In *Cadernos de Educação Ambiental* n.º 20;

ZINT, M. (2009). *An introduction to My Environmental Education Evaluation Resource Assistant (MEERA), a webbased resource for self-directed learning about environmental education program evaluation*. *Evaluation and Program Planning* Disponível em: www.elsevier.com/locate/evalprogplan;

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS:

MENEZES, L. F., CABALLEO, A., RIO, R., MOURA, D. O., LORES, M. A. F., BUGALO, X. S., MAGALHÃES, A., GARCIA, D., (2008) *ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Modelos, experiências e indicadores para a sustentabilidade local*. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Vigo. Gráficas Planeta;

- ALMEIDA, A. (2007). *Educação Ambiental a importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte;
- BARBIER, J. M. (1990). *A Avaliação em Formação*. Porto: Edições Afrontamento;
- BRAIDOTTI, R., CHARKIEWICZ, E., HAUSLER, S. e WIERINGA, S. (2000). *Mulher Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. Coleção Perspectivas Ecológicas Instituto Piaget. Lisboa: Editorial Minerva;
- CARIDE, J. A. e MEIRA, P. Á. (2004) *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano* Coleção Horizontes Pedagógicos Instituto Piaget. Lisboa: Gráfica Santiago;
- COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO, (2006). *Década das nações Unidas da Educação Para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, Contributos para a sua dinamização em Portugal*. Lisboa: UNESCO;
- CROHN, K., BIRNBAUM, M., (2010). *Environmental education evaluation: Time to reflect, time for change*. Evaluation and Program Planning. Disponível em www.elsevier.com/locate/evalprogplan;
- CUNHA, C., VIEIRA, C., TEIXEIRA, F., RAPOSO, I., E SOBRINHO, J., (1999). *A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE AMBIENTE. UM HISTORIAL E UMA BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA*. LISBOA: IPAMB;
- ESTRELA, A. e RODRIGUES, P. (1994). *Para uma fundamentação da avaliação em Educação*. Coleção Pedagogia e Educação. Edições Colibri;
- FLEMING, M. L., e EASTON, J. (2009). *Building environmental educators' evaluation capacity through distance education*. Evaluation and Program Planning. Disponível em www.elsevier.com/locate/evalprogplan;
- HEIMLICH, J. E. (2009). *Environmental education evaluation: Reinterpreting education as a strategy for meeting mission*. Evaluation and Program Planning, Disponível em: www.elsevier.com/locate/evalprogplan;

- HEYNE, P. (sem data). *Environmental Education: A Component of Sustainable Development*;
- INSTITUTO DO AMBIENTE. (2006). *Estratégia da CEE/ONU para a educação para o desenvolvimento sustentável*. Amadora;
- IPAD (sem data). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*;
- JASCH, C. (1999). *Environmental performance evaluation and indicators*. Institute for Environmental Management and Economics, Institut fu'r O' kologische Wirtschaftsforschung, IO' W, Rechte Wienzeile 19, 1043 Wien Vienna, Austria;
- LEMONS. V. V., NEVES, A., CAMPOS, C., CONCEIÇÃO, J. M. E ALAIZ V. (1998). *A Nova Avaliação da Aprendizagem O Direito ao Sucesso* (5ª ed.). Lisboa: Texto Editora;
- LIPOR. (2009). *Guia para uma gestão sustentável dos resíduos*. Porto: Bio rumo;
- LITTLE, A. e GREEN, A. (2009). *Successful globalisation, education and sustainable development*. International Journal of Educational Development 29;
- MANZANAL, F. R., BARREIRO, L. R., CARRASQUER, J. (2007). *Evaluation of Environmental Attitudes: Analysis and Results of a Scale Applied to University Students*. Disponível em www.interscience.wiley.com;
- MATER, M. (sem data). *Evaluation in environmental education: the contribution of the ENSI study to the international debate*;
- MONROE, M. C., (2009). *Challenges for environmental education evaluation*. Evaluation and Program Planning. Disponível em www.elsevier.com/locate/evalprogplan;
- MORGADO, F., PINHO, R. E LEÃO, F. (2000) *Para um ensino interdisciplinar e experimental da educação ambiental*. (1ª ed.) Colecção Educação Ambiental. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, Lda;

- NOMURA, K. (2009). *A perspective on education for sustainable development: Historical development of environmental education in Indonesia*, International Journal of Educational Development. Disponível online: <http://meera.snre.umich.edu/plan-an-evaluation/>;
- NOVA, E. V. (1994). *Educar para o Ambiente Projectos para a Área Escola*. Lisboa: Texto Editora;
- NOVA, E. V. (1997) *Avaliação dos Alunos Problemas e Soluções* (1ª ed.) Lisboa: Texto Editora;
- PAGNOCCHESCHI, B., SORRENTINO, M., POMPÉIA, S.M., REIGOTA, M., PORTUGAL, S. (1992). *Educação Ambiental: experiências e perspectivas*. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasil;
- PINTO, J. (2010). *Educação Ambiental e participação social: dos compromissos à acção*. Revista Industria e Ambiente Jan-Fev;
- POMPÉIA, S (1992). *Educação Ambiental: Experiências no Brasil*. Convênio entre o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Brasil;
- POTTER, J. F., (1987). *A Strategy of Environmental Education and Information*. The Environmentalist Vol.7, Number 4;
- RAMOS, T., CAEIRO, S. (2010). *Meta-performance evaluation of sustainability indicators*. Ecological Indicators. Disponível em www.elsevier.com/locate/ecolind;
- RIBEIRO, L. (1997). *Avaliação da Aprendizagem* (6ª ed). Lisboa: Texto Editora;
- SATO, M E CARVALHO, I. (2005). *Educação Ambiental Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed Editora;
- SATO, M. (2006a). *ESD, as the evolution of Environmental Education Overview of the Conceptual Development based on a series of International Discussion on*

Environmental Education. UNESCO Expert Meeting on Education for Sustainable Development (ESD): Reorienting Education to Address Sustainability to be held for 1-3 May 2006 at Kanchanaburi, Thailand;

SAUVÉ, L. (1997). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa*. Revista de Educação Pública. Disponível em <http://cgi.ufmt.br/revista>;

SEQUEIRA, J. M. D. (2000). *O papel da Educação Ambiental rumo a uma nova cidadania. O caso da separação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Oeiras*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Geografia;

WELLS, R., ZEECE, P. D., (2007). *My Place in My World: Literature for Place-Based Environmental Education*. Early Childhood Education Journal, Vol. 35, No. 3;

WILSON, R. (sem data). *Bringing the Outdoors In*. Environmental Education;

YOUNG, A.J., MCELHONE, M.J., (sem data). *Guidelines for the development of non-formal environmental education*. UNESCO-UNEP Division of Science, Technical and Environmental Education;

Links:

<http://meera.snre.umich.edu/>;

<http://pub.uvm.dk/2003/learnersguide/html/chapter02.htm>;

<http://www.unep.org/Training/programmes/undesd.asp>;

<http://www.futurosustentavel.org>;

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>;

<http://www.apambiente.pt>;

www.envirosource.com;

www.epa.gov;

www.naturlink.pt;

www.ambienteonline.pt;

www.cm-oeiras.pt;

4. ANEXOS